

Narrativas jornalísticas de viagem e o olhar comprometido com o ético-social¹

Edson SILVA²

Loraine França GONÇALVES³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

RESUMO

O artigo propõe reflexões sobre as narrativas jornalísticas de viagem e o compromisso com o ético-social, conforme prevê o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Destaca o jornalismo com olhar interpretante sobre as situações biográficas construídas pela ação ou negligência do estado e da sociedade. Chama a atenção para a urgência da cobertura dos assentamentos humanos que estão fora da agenda da imprensa. O artigo apresenta duas partes. A primeira discute e propõe o jornalismo com o repórter na rua, marcando presença constante, contínua, persistente, infatigável. A segunda demonstra o que se discute na primeira parte, examinando a grande reportagem multimídia *Eles vivem no meio da rodovia*, que comprova a violação dos direitos de ribeirinhos de Ladário-MS e comprova a importância do olhar jornalístico interpretante voltado para o social.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Ético-social; Jornalismo; Narrativas; Viagem.

O objeto central deste artigo é a narrativa jornalística de viagem em que estarão ancoradas as reflexões sobre o modo de contar histórias comprometido com o ético-social. Assim, pretendemos apresentar reflexões a partir das quais se buscará a demonstração de que o olhar jornalístico pode influenciar na construção de situações biográficas interpretadas. Isto é, associado à materialização da informação como um bem social necessário à cidadania e que remete a transformações e ao cumprimento do que preceituam os instrumentos que preveem direitos. Entre eles, a Constituição Federal brasileira (1988) e as normativas internacionais assinadas pelo Brasil como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), entre outras.

Teríamos, assim, a articulação entre os dois elementos – o olhar e a biografia –, que, em síntese, seria um “olhar sobre a vida” e sobre os quais nos debruçamos para

¹Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 15 a 17 de junho de 2018.

²Professor doutor do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e-mail: eseiva@terra.com.br.

³Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e-mail: loraine.fg2010@gmail.com.

melhor compreender o objeto, remetendo ao olhar jornalístico interpretante: constante, contínuo, persistente, infatigável.

Para efeitos de reflexão em torno do “olhar sobre a vida” tomaremos como base para análise a grande reportagem multimídia “Eles vivem no meio da rodovia”, que retrata a vida dos ribeirinhos da Área de Proteção Ambiental (APA) Baía Negra em Ladário - MS, apresentada em sete capítulos e disponível no endereço eletrônico: <http://www.projetil.ufms.br/nomeiodarodovia/>.

O olhar interpretante

Olhar jornalístico é compreendido aqui não apenas como o efeito de um só sentido, mas como a síntese da percepção que requer a sensibilidade como algo construído e, conseqüentemente, a ação dos sentidos para a apuração jornalística. Isto só é possível com a presença do repórter no local do fato, no exercício presencial, imersivo, como testemunha, como um observador privilegiado. Aliás, a observação direta, nos termos que exige o uso dos sentidos em plenitude, assegura a forma mais apropriada de colocar a limpo um determinado assunto.

Ao comentar as formas de apuração da informação, Bahia (1990) transita pelo campo da técnica que exige o exame exaustivo de documentos, bem como a abordagem criteriosa de fontes pessoais. Destaca, no entanto que:

Nenhum desses tipos de apuração é mais importante que o da observação pessoal, direta, que envolve física e mentalmente o repórter com os fatos no momento e no local em que ocorrem. É o modo mais eficiente de cobrir um assunto porque identifica o repórter com a ação, seus efeitos, seus participantes e as reações que possam gerar de imediato (BAHIA, 1990, 41).

Constatação desta ordem confere às narrativas jornalísticas de viagem o estatuto de gênero jornalístico autêntico que indica a presença do profissional no local do fato, acionando os sentidos como ferramentas para a extração das informações. Isto permite, também, a conseqüente interpretação dos cenários, das pessoas e dos objetos, elementos que remetem ao descritivo, à reconstituição minuciosa e detalhada das ocorrências para a composição da imagem, da foto verbal. É a oportunidade para resgatar a figura central do jornalismo, a do “repórter de rua”.

Ao falar da identificação do repórter com a ação, dos efeitos desta prática presencial e das reações que podem gerar de imediato, Bahia reafirma a importância da

observação direta, da imersão do profissional no cenário que é mais que presença física é a concessão da credibilidade investida nas instituições “repórter”, “jornalismo”, “imprensa”.

As instituições significam e conferem peso a uma determinada ação. O jornalista “fala” de um lugar especial, não, necessariamente, da empresa onde trabalha ou do blog, página na rede mundial onde posta o seu trabalho. Fala a partir de posições socialmente reconhecidas como “representante” de um leitor. É para o leitor que se escreve, é em nome dele que o jornalista pergunta. Para Landowski (1996):

[...] o mundo natural e o ambiente social, que circundam os sujeitos, também ‘significam’. Quando, por exemplo, escutamos os homens políticos, sabemos que sempre eles nos falam a partir de uma contextualização determinada e, mais precisamente, no âmbito de certas instituições que lhes garantem (mais ou menos) o direito à fala; ora, essas instituições não existem como coisas puras e simples: se elas “agem”, se, em particular, dão um certo poder (uma legitimidade ou um mínimo de credibilidade) àqueles que se apoiam nelas, é porque elas também - tanto quanto as palavras que compõem os discursos formalmente enunciados - têm o estatuto de signos de uma linguagem[...] (LANDOWSKI, 1996, p. 28).

Assim, entendemos que é na esteira do debate sobre a significação dos lugares de fala que surge a compreensão do episódio, narrado e interpretado no capítulo seis – “Tchernóbil pantaneira” – da reportagem “Eles vivem no meio da rodovia” em que o prefeito do município de Ladário - MS, Carlos Aníbal Ruso Pedrozo, do seu gabinete, atira contra a população ribeirinha da Área de Proteção Ambiental (APA) Baía Negra ao responder uma pergunta sobre quais seriam as soluções para a violação dos direitos humanos fundamentais dos moradores locais : “É complicado. Isso não tem solução. Joga uma bomba ali. Morreu o problema, morreu todo mundo. Está radioativo. É igual Tchernóbil, passa duzentos anos e ninguém pode ir pra lá”. (GONÇALVES, 2017)

A aplicação das reflexões referente ao “olhar sobre a vida”, largamente utilizado na reportagem em foco, serão examinadas mais a frente neste artigo.

A situação biográfica interpretada

O jornalista não é um viajante e tampouco um turista, conforme concebe Meireles⁴ (1999) ao diferenciar esta figura a do turista. Atribui a este a condição de visitante que desloca-se pelo mundo e àquele a condição de quem tem algum compromisso com a origem das coisas. A escritora diz:

É uma criatura feliz, que parte por este mundo com a sua máquina de fotográfica a tiracolo, o guia no bolso, um sucinto vocabulário entre os dentes: seu destino é caminhar pela superfície das coisas, como do mundo, com a curiosidade suficiente para passar de um ponto a outro, olhando o que lhe apontam, comprando o que lhe agrada, expedindo muitos postais tudo com alguma fluidez, sem apego nem compromisso, uma vez que já sabe, por experiência, que há sempre uma paisagem por detrás da outra, o dia seguinte lhe dará tantas surpresas quanto a véspera. (MEIRELES, 1999, p. 101).

O repórter vai além. A exemplo do arqueólogo, ele leva consigo ferramentas de escavação, mapas de localização, pesquisas jornalísticas preparatórias, o faro, a curiosidade. Porta também o conhecimento sobre direitos humanos e sociais, a âncora do Código de Ética dos Jornalistas e o compromisso de querer-saber para poder informar os seus leitores, dos quais leva uma hipotética procuração. É um viajante sim, mas um viajante, obrigatoriamente, qualificado para prospectar situações. Desce à origem de tudo e verifica as consequências de tudo. Quer saber o que aconteceu, as personagens implicadas no acontecimento, como tudo ocorreu, em que tempo e, principalmente desvenda interesses e deve fazer a verificação da garantia dos direitos.

Ancoramos o conceito de situação biográfica interpretada nas contribuições de Alfred Schutz (2008) quando este discorre sobre a origem do conhecimento:

Solo una parte muy pequena de mi conocimiento del mundo se origina dentro de mi experiencia personal. En su mayor parte es de origen social, me ha sido transmitido por mis amigos, padres, maestros y los maestros de mi maestros (SCHUTZ, 2008, 44)⁵

O raciocínio de Schutz (2008) sobre a origem social do conhecimento nos inspira a estabelecer um conjunto de raciocínios sobre a existência de determinadas situações de vida. As interpretações nos auxiliam na compreensão de fenômenos que não deveriam

⁴ Referenciamos aqui o texto de Cecília Meireles que expõe a diferença entre o turista e o viajante. Disponível em <https://vousedairparaverceu.wordpress.com/2009/11/12/diferenca-entre-o-turista-e-o-viajante-por-cecilia-meireles/>. Acesso em 04 mai 2018.

⁵Somente uma parte muito pequena do meu conhecimento do mundo se origina na minha experiência pessoal. Em sua maior parte é de origem, foi transmitido por meus amigos, pais, professores e os professores dos meus professores.

existir pelo fato de estarem protegidos, ao menos em instrumentos legais, pelo manto dos direitos humanos fundamentais. Ou seja, muitas circunstâncias sociais observadas no decorrer da produção de reportagens, de fato, são construídas ou pela ação efetiva ou negligência dos poderes públicos, avaliados por setores da sociedade ou pela simples impossibilidade do cidadão agir em defesa de si próprio.

Cada indivíduo se situa en la vida de una manera específica, a la luz de lo que Schutz denomino “situación biográfica”. Nacer en el mundo significa, nacer ante todo, de progenitores que nos son exclusivos, ser criados por adultos que constituy en los elementos conductores de nuestro fragmento de experiencia[...] (NATANSON, 2008, 15)⁶

As contribuições de Schutz (2008) nos permitem entender que o jornalista regulamente circunstâncias, cenários em que atua a figura humana, central na produção da grande reportagem. São construções sociais nas quais estão inseridas as situações biográficas. Estas, no entanto, carecem de interpretação, daí a situação biográfica interpretada com o auxílio daquele feixe de “ferramentas de escavação” às quais nos referimos anteriormente. É uma tarefa relevante. É certo que muito do que espera os personagens com os quais o repórter tem convivência diária são pré-determinados. Não fruto do acaso, mas decorrentes de políticas públicas ou da ausência delas. As políticas públicas são a parte prática, executiva daquilo que aparece nas leis e outros instrumentos que preveem direitos. E isto requer – para enfatizar o já dito – a constante, contínua, persistente e infatigável ação do jornalista.

As narrativas jornalísticas de viagem

As narrativas jornalísticas de viagem pressupõem um deslocamento de pessoa no tempo e no espaço, o que caracteriza a viagem por si como uma ação intimamente ligada à essência da narrativa, senão, a metáfora da narrativa. Quando se trata da observação de assentamentos humanos, facilmente visualizados em cenários tipicamente brasileiros, marcados pela “condição de margem”, como as beiras das rodovias e cercas de fazendas (acampamentos indígenas e de trabalhadores rurais), às margens de rios (ribeirinhos), o

⁶ Cada indivíduo é situado na vida, de uma maneira específica, à luz do que Schutz denominou "situação biográfica". Nascer no mundo significa nascer, sobretudo, de pais biológicos que nos são únicos, ser criado por adultos que constituem os elementos condutores do nosso fragmento de experiência. (Tradução dos autores).

olhar jornalístico interpretante sobre a situação biográfica dessas localidades torna-se extremamente necessário para o cumprimento do dever ético-social profissional.

Assim sendo, pensamos que as narrativas jornalísticas de viagem, em que pese os fatores históricos, estão longe de serem compreendidas como os relatos fundantes que remetem aos feitos de Herkhuf⁷, que teria sido o primeiro narrador de viagens da humanidade, como observam Rull e Serralonga:

Sea por la razón que sea, el resultado es que Herkhuf nos acaba narrando sus viajes en los textos que se hace inscribir en los muros de su monumento funerario. De esta manera, se convierte, sin quererlo, en uno de los primeros cronistas de viajes de toda la historia de la humanidad. (RULL; SERRALONGA, 2008, p. 27)⁸

Por outro lado, há que se desfazer o equívoco que leva à confusão entre as narrativas jornalísticas de viagem e o que se denomina jornalismo de viagem, este vinculado à prática profissional de produzir textos para divulgar e vender atrativos turísticos, incentivando viajantes a conhecer novas regiões, gerando, assim, mais renda para os investidores desta atividade econômica.

A construção de “Eles vivem no meio da rodovia” ou a aplicação do olhar interpretante sobre as situações biográficas observadas na Baía Negra-Ladário-MS

Seguindo-se todas as etapas da pesquisa jornalística e cumprindo-se de forma exaustiva o levantamento, tratamento e edição de informações oriundas de fontes documentais, pessoais e da observação direta foi constituída a documentação necessária à construção de “Eles vivem no meio da rodovia”.

Neste trabalho, tomamos como base os estudos da grande reportagem e as características de sua tipologia, que pode ser definida levando-se em consideração a estrutura ao qual o texto segue. Em outros termos, pode-se afirmar que a linguagem e a estrutura diferem-se em cada texto, correspondentes aos sete capítulos que dão forma ao trabalho. De caráter mais profundo e longo, o texto da grande reportagem, portanto,

⁷*Herkhuf ou Harcufe* foi um explorador do Antigo Egito (século XXIII a.C.). Nascido em Elefantina, ilha do rio Nilo. Os detalhes dos seus feitos são conhecidos na atualidade, a partir das dos textos – uma espécie de autobiografia – deixados em seu túmulo, localizado em frente à ilha. Harcufe é considerado precursor da literatura egípcia de viagens. Para alguns especialistas o lançador de sementes desta modalidade literária egípcia.

⁸Seja qual for a razão, o resultado é que Herkhuf acaba nos narrando suas viagens nos textos que estão inscritos nas paredes de seu monumento funerário. Desta forma, sem querer, torna-se um dos primeiros cronistas de viagens de toda a história da humanidade. (Tradução dos autores).

apresenta elementos que caracterizam a sua verticalidade e horizontalidade, ou seja, a profundidade e a amplitude no tratamento das informações. Volta-se mais para o aprofundamento de um tema específico, abordando questões complexas e desenvolvendo narrativas com densidade.

A grande reportagem multimídia “Eles vivem no meio da rodovia” teve seu formato construído, após conclusão de edição de todos os textos, fotos e vídeos, baseando-se na construção de narrativas multimídia. A disposição do conteúdo se dá de forma vertical, com acesso ao conteúdo pela barra de rolagem lateral. O leitor tem ainda a possibilidade de clicar sobre os títulos dos capítulos e ser direcionado para seus respectivos conteúdos automaticamente. Para ambas possibilidades, os textos e as fotos possuem efeitos conhecidos como ‘paralaxe’. Sobre o efeito, Longhi (2015) esclarece:

Uma outra característica de forma que tem sido bastante utilizada, é o texto centralizado na página e o chamado “parallax scrolling”, que permite “velocidades” diferentes para as camadas de leitura, onde a camada de trás move-se mais lentamente que a da frente, criando um efeito de terceira dimensão. (LONGHI, 2015, p. 11)

Considerou-se ainda o uso não somente de texto, mas a inclusão de fotos, vídeos que complementam as informações das narrativas e infográfico.

Dessa forma, a produção da grande reportagem multimídia “Eles vivem no meio da rodovia” considerou o que a discussão teórica na parte inicial deste artigo preconiza para a ação do jornalista repórter, ou seja, colocar em prática o olhar interpretante sobre situações biográficas com o intuito de compreender o que se passa no âmbito da vida e, se necessário, denunciar a violação de direitos humanos e a negligência do poder público. No caso, como já dito anteriormente, examinou-se a situação de 22 famílias ribeirinhas residentes na Área de Proteção Ambiental (APA) Baía Negra, localizada às margens do rio Paraguai, em Ladário, a 430 km de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

As narrativas foram construídas de acordo com as falas dos moradores estimulados por roteiros de entrevistas semiestruturadas, considerando o que prescreve a Constituição Federal, leis específicas como Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Maria da Penha. Consideramos, ainda, normativas internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos e outras. Ao todo, foram entrevistadas 15 fontes entre

moradores, autoridades e especialistas. Os sete capítulos desenvolvidos abordam os direitos fundamentais violados.

No primeiro capítulo, intitulado “Início”, é feita a apresentação da comunidade e de seu exuberante entorno, contrastado com a miséria e pobreza humanas. As condições precárias em que vivem 84 ribeirinhos são explicitadas de forma introdutória nesta parte.

“Entre o céu e o inferno” é o título que dá nome ao segundo capítulo da grande reportagem e trata sobre a violação do direito à saúde e ao saneamento, garantidos pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Idosos sozinhos e debilitados sem acompanhamento médico adequado; moradias precárias, sem saneamento básico; escassez de água potável, ainda que estejam rodeados pelo caudaloso rio Paraguai; adultos analfabetos que não entendem a receita médica porque não sabem ler, são as principais questões explicitadas nessa aba.

O terceiro capítulo, “Via aquática”, destaca o trabalho dos ribeirinhos, traçado pela extração da árvore do jaracatiá, nativa na região e que garante o sustento da família de dona Zilda dos Santos Nascimento que produz bolo, bombom e rapadura a partir da raiz. A pesca também é uma das principais atividades da população local, que cultiva frutos e vendem suas compotas para a sobrevivência. A falta de lazer é o segundo direito mencionado nesta aba. Trabalhar ou fazer festas pontuais, como é o caso da festa de São Sebastião realizada todos os anos por Marizete da Costa Soares, são alguns dos poucos passatempos dessa população.

O quarto capítulo, denominado “Trânsito interrompido”, versa sobre a violação ao direito à educação. Adultos com mais de 40 anos analfabetos e que tiveram o direito de estudar findado, uma vez que a escola de alfabetização implantada no local não foi renovada pela administração da prefeitura após as eleições de 2016. A explicação dada pela então secretária municipal de Educação, Sara Regina, referia-se a baixa quantidade de alunos para que a prefeitura abrisse uma sala de aula no local. A solução encontrada pela secretária seria a de levar os ribeirinhos até a cidade para estudar no período noturno, não considerando que a rotina de pesca se dá durante a noite e que muitos recebem seus filhos de volta da escola após as 18h. Com a exoneração da secretária, o novo responsável pela educação no município, Helder Naulle Paes dos Santos Botelho, comprometeu-se a reabrir a alfabetização de adultos no local. No entanto, a presidente do Conselho Gestor

da APA Baía Negra, Thainan Bornato, em entrevista⁹, já como desdobramento da reportagem, salientou que o novo secretário não cumpriu o acordo, conforme trecho a seguir:

O que a gente conseguiu mais avançar foi em questão da escola, na questão das aulas. O pessoal da Unesp veio fazer um levantamento e o secretário [Municipal de Educação], na verdade, ele foi motivado mais pela repercussão que deu a reportagem. E aí, agendamos, eles fizeram o levantamento dos alunos, agendaram uma matrícula. Foram alguns alunos fazer a matrícula. Ele ficou de marcar um outro dia para a matrícula e montou um projeto. Porque essa matrícula era tanto do EJA quanto dos alunos de alfabetização. E aí ele falou que ia iniciar uma aula de alfabetização, que ia colocar duas estagiárias para dar essa aula sem certificação. Só que daí ele começou essas aulas sem avisar os alunos. Então, não teve demanda e ele mandou um e-mail dizendo que estava cancelando as aulas. Mas nós notificamos, fizemos um ofício reclamando sobre essa situação. (GONÇALVES, 2018).

“É quente, quente” é o quinto capítulo desta grande reportagem multimídia e aborda a violação do direito à moradia digna. Pequenos e simples casebres em condições precárias. Construções feitas de zinco onde é impossível e desumano permanecer nos seus interiores debaixo de um sol de 43 graus. Casas sem banheiros e que inundam com a chuva. O sonho em se ter moradia digna paira, todos os dias, sobre as pessoas da comunidade. A possibilidade de remoção dos ribeirinhos do local por parte da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), responsável das terras da APA, amedronta os moradores que não querem sair dali porque não só dependem daquela natureza para viver, mas estão conectados a ela na condição de guardiões porque a conhece profundamente.

No sexto capítulo, chamado “Tchernóbil Pantaneira”, é ressaltado em um artigo a falta de respeito do prefeito da cidade de Ladário, Carlos Aníbal Ruso Pedrozo, que em tom de escárnio, durante entrevista, disse que a solução para acabar com os problemas da comunidade seria jogar uma bomba no local, comparando tal fato ao acidente de Tchernóbil, em 1986, na Bielorrússia. O texto faz uma crítica à atitude do prefeito, que deveria ser o primeiro a zelar pelos direitos humanos da população, mas que não o faz, e à negligência dos três níveis do poder público em relação à garantia dos direitos da

⁹ A entrevista intitulada “Conselho gestor pede que prefeitura de Ladário respeite os direitos fundamentais de moradores da APA Baía Negra”, está disponível no endereço eletrônico: <http://projetoil.ufms.br/2018/04/06/conselho-gestor-pede-que-prefeitura-de-ladario-respeite-os-direitos-fundamentais-de-moradores-da-apa-baia-negra/>.

população ribeirinha em questão. A construção do artigo opinativo ocorreu como forma de enfrentamento entre o jornalismo e o gestor público.

Por fim, o último capítulo, “No lugar do outro”, conta as etapas de desenvolvimento da grande reportagem multimídia. Em outros termos, é a relevância do repórter no local do fato, imerso na cena, colocando em prática o olhar jornalístico interpretante: constante, contínuo, persistente, infatigável. Como diz Bahia (1990, p. 56) sobre o repórter: “Seu papel é essencial na busca da notícia e sem ele não há apuração correta, diligente e exaustiva do acontecimento”.

Pesquisa jornalística e apuração exaustivas é prenúncio de narrativas complexas

A tipologia da grande reportagem também envolve outras características que a diferenciam de textos superficiais e que não dão conta de temas complexos, como o são os que envolvem o posicionamento ético-social do jornalista. De acordo com Coimbra (1993), duas faces caracterizam o texto da reportagem. A primeira possui “estrutura aberta, ligada ao contexto extraverbal”, ou seja, “voltada para fora de si”. (COIMBRA, 1993, p. 7). A segunda face caracteriza-se por elementos que encontram-se internamente organizados, ou seja, com a face voltada para “dentro de si”. (COIMBRA, 1993, p.7).

Quando nos referimos à estrutura do texto, nos deparamos com três possibilidades: o dissertativo, o narrativo e o descritivo. (GUIMARÃES, 1993, p. 16).

O que determina a qual tipo pertence o texto é a forma como este está estruturado e a linguagem desenvolvida. Coimbra (1993), que também trata do tema, explica:

Diante de determinado texto, portanto, é preciso captar um certo número de constantes. Essas constantes é que permitirão classificar um texto como pertencente a um gênero ou a outro. (COIMBRA, 1993, p. 11).

Essas constantes podem ser melhores entendidas tomando-se como exemplo a grande reportagem “Eles vivem no meio da rodovia”. Em uma breve análise, podemos observar a presença das três possibilidades de texto na grande reportagem em questão. A primeira delas, o texto dissertativo, é constatado no capítulo “Entre o céu e o inferno”:

“A gente vai dar uma água dessa pra criança? A gente não tem nem dinheiro pra comprar água mineral pra trazer pra criança”. A indignação da moradora revela a falta de capacidade do município em garantir às famílias os direitos vigentes na Constituição Federal de 1988, inclusive

o de “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”, que é dever também da União, do Estado e do Distrito Federal. (GONÇALVES, 2017)¹⁰

De acordo com Coimbra (1993), “a dissertação tem como propósito principal expor ou explicar, explicar ou interpretar ideias”. (COIMBRA, 1993, p. 12). Logo, no trecho citado acima tais elementos são constados: 1) na fala da moradora, que expõe a preocupação em dar água imprópria para consumo à uma criança; 2) na interpretação da repórter que, a partir da observação direta, percebeu o sentimento de indignação da moradora, associando tal sentimento à violação dos direitos fundamentais vigentes na Constituição Federal de 1988.

A segunda possibilidade estrutural de texto encontrada na grande reportagem é narrativa, de acordo com trecho extraído do capítulo “Entre o céu e o inferno”:

Sem condições financeiras de se manterem ali e de cuidar da saúde, Pedro e Artulina foram embora (...)
- Por que estão indo embora, dona Artulina?
- Aqui está muito difícil cuidar da saúde do Pedro. A visão dele não tá muito boa. Na cidade é melhor para cuidar da saúde.
O rancho São José, como era chamado o lugar onde moravam, ficou tão sozinho quanto seus antigos moradores. De blusa rosa, unhas pintadas e chapéu para proteger do sol forte, assim, dona Artulina se despede da pequena casa que os abrigou durante 12 anos. (GONÇALVES, 2017)¹¹.

É possível observar no trecho acima que a narrativa possui dois momentos: o primeiro em que dona Artulina, ainda na comunidade, fala que estão indo embora para cuidar da saúde do esposo. O segundo, quando a idosa se despede da casa onde morou por 12 anos junto ao companheiro. Coimbra (1993), citando Fiorin e Saviolli, esclarece que a relação de anterioridade e posterioridade dentro da estrutura de uma reportagem narrativa é característica fundamental e mostra “mudança progressiva de estado em pessoas ou coisas”. (COIMBRA, 1993, p. 44)

Outra mudança de estado também pode ser verificada ainda dentro do mesmo trecho. O rancho São José passou de um estado (anterioridade) onde abrigava os moradores Pedro e Artulina para um estado (posterioridade) de “solidão”, onde encontra-se sozinho após a partida do casal.

Há ainda a presença de elementos do texto descritivo, conforme trecho do capítulo “Início”:

¹⁰ A grande reportagem está disponibilizada no endereço eletrônico: <http://www.projetil.ufms.br/nomeiodarodovia/>

¹¹ A grande reportagem está disponibilizada no endereço eletrônico: <http://www.projetil.ufms.br/nomeiodarodovia/>

Cercada em 360 graus por grandes morros, banhada pelas escuras águas da Lagoa Negra – que dá nome ao lugar. A grande quantidade de camalotes presentes ali é de dar admiração em qualquer um que navegue por aquelas águas. De folhas ovaladas e textura grossa, é também conhecido como aguapé. Seguem o fluxo do rio e acumulam-se aos montes, dificultando o trajeto dos barcos. É preciso abrir caminhos com o remo para conseguir navegar em determinadas partes. Suas flores se apresentam nos tons lilás e roxo e estruturam-se de tal forma que nos lembra um buquê de casamento. (GONÇALVES, 2017)¹².

O texto descritivo, conforme explica Coimbra (1993), pode se relacionar tanto com o narrativo quanto com o dissertativo, sem deixar suas características de lado. Sua estrutura parte de um ângulo mais amplo e ruma a um foco mais fechado da cena descrita. Para melhor entender, basta olharmos para o trecho citado acima. Inicialmente, destaca-se a descrição da Baía Negra, cercada por grandes morros. A estrutura caminha, então, para a descrição das folhas do camalote e, em seguida, para a dificuldade em se navegar pelas águas do rio Paraguai devido à grande quantidade das plantas aquáticas presentes no local. Tal movimentação do texto assemelha-se à atividade de uma lente fotográfica móvel, capaz e partir de um foco mais aberto (grande angular) para um mais fechado (tele). O recurso da reportagem descritiva remete a um efeito de realidade, considerando que usa recursos como o detalhamento e a comparação. Permite, inclusive, que o leitor viaje com o repórter, transportando-se para o local do fato, dada a força da descrição minuciosa de cenários, pessoas e objetos.

O conjunto de riquezas que as narrativas possibilitam, associadas às ferramentas jornalísticas de pesquisa, apuração, checagem, zelo na construção textual, captação de imagens fotográficas e videográficas, somadas à aplicação dos efeitos editoriais sobre os conteúdos lançados na plataforma digital que, aparentemente é pouco acessível, torna-se assim, potencializado.

Dizemos pouco acessível porque quando a grande reportagem é associada às novas tecnologias, como é o caso do celular, ela ganha contornos democráticos acessíveis. De acordo com levantamento¹³ da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Brasil possui 235,6 milhões de linhas móveis. Em Mato Grosso do Sul, são 3,2 milhões. Do total do país, 46%, ou seja, 107,6 milhões de telefones possuem acesso à tecnologia

¹² A grande reportagem está disponibilizada no endereço eletrônico: <http://www.projetil.ufms.br/nomeiodarodovia/>

¹³ A pesquisa é referente ao mês de fevereiro de 2018 e está divulgada no site da Anatel.

4G, a mais moderna vigente no país atualmente. Os dados nos fazem refletir acerca do acesso à informação, garantido pelo artigo 5º, inciso XIV, que assegura a todos o acesso à informação.

Observemos na imagem abaixo que mostra a líder da comunidade ribeirinha da APA Baía Negra, Júlia Gonzales, falando ao celular em pleno pantanal sul-mato-grossense.



Imagem 1: Foto Loraine França Gonçalves.

Assim, concluímos que os conteúdos multimídia potencializam-se ao se associarem às novas tecnologias, permitindo que o acesso seja feito de qualquer lugar do mundo e que, para tanto, o direito à informação deve ser garantido a todas as populações.

Considerações finais

Este artigo buscou apresentar reflexões sobre as narrativas jornalísticas de viagem e o olhar do profissional comprometido com o ético-social afim de demonstrar a importância deste na construção de situações biográficas interpretadas. Da associação entre “olhar” e “biografia” surge a interpretação de “um olhar sobre a vida”, aqui utilizado para a compreensão do objeto em estudo.

A sensibilidade do olhar jornalístico e as interpretações feitas por este profissional, pautado pelo Código de Ética que rege a profissão, da Constituição Federal e outros normativas que garantem os direitos humanos, além da presença do repórter no local do

fato é que permitem a percepção de situações biográficas construídas em diversos assentamentos humanos e são a base para a construção de narrativas jornalísticas de viagem.

O estudo depreendido das teorias que abordam as questões do tripé que envolve as narrativas jornalísticas de viagem, o olhar ético-social e a situação biográfica interpretada, possibilitou a conclusão de que a construção da grande reportagem “Eles vivem no meio da rodovia” só foi possível porque esses estudos foram lançados como um feixe de luz sobre a realidade dos ribeirinhos da APA Baía Negra, revelando as violações dos direitos fundamentais de 22 famílias, vítimas da negligência do poder público em seus três níveis. A apuração jornalística exaustiva, aliada a imersão na comunidade, permitiram a construção das narrativas complexas que compõem os sete capítulos da grande reportagem, provando a capacidade da tipologia deste gênero em comportar textos descritivos, narrativos e dissertativos.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição de República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso: 26 abr. 2018.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa**. São Paulo: Ática, 2003.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória, ES, FENAJ, 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federação/com-etica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso: 03 mai. 2018.

GONÇALVES, Loraine França. **Conselho gestor pede que prefeitura de Ladário respeite os direitos fundamentais de moradores da APA Baía Negra**. Campo Grande, MS: Projétil, 2018. Disponível em: <http://projetil.ufms.br/2018/04/06/conselho-gestor-pede-que-prefeitura-deladario-respeite-os-direitos-fundamentais-de-moradores-da-apa-baia-negra/>. Acesso: 24 abr. 2018.

(_____). **Eles vivem no meio da rodovia**. Campo Grande, MS: Projétil, 2017. Disponível em: <http://www.projetil.ufms.br/nomeiodarodovia/>. Acesso: 24 abr. 2018.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. São Paulo: Ática, 1993.

LANDOWSKI, Eric. Para uma abordagem sócio-semiótica da literatura. In: **Revista Brasileira de Semiótica**. São Paulo: Anablume - Centro de Estudos Semióticos, 1996. nos. 11/12, p. 22-43, mar.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri, SP: Manole, 2009.

LONGHI, Raquel. **A grande reportagem multimídia como gênero expressivo no ciberjornalismo**. Disponível em: <<http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor6/files/2015/03/LONGHICIBERJOR.pdf>>. Acesso: 03 mai. 2018.

MEIRELES, Cecília. **Crônicas de viagem**. 3 vols. Apresentação e planejamento editorial de Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998-1999.

NATANSON, Maurice. Introducción. In: SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Tradução: Néstor Míguez. Buenos Aires-Madrid: Amorrortu, 2008.

RULL, David; SERRALONGA, Jordi. **Viajes y viajeros**. Cuadernos Livingstone. Barcelona: Niberta, 2008.

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Buenos Aires-Madrid: Amorrortu, 2008.